

Governo sob investigação: análise do enquadramento noticioso do JN sobre as votações na Câmara dos Deputados das denúncias contra o presidente Michel Temer (MDB)

Mariane Motta de Campos¹
Vinícius Borges Gomes²

Resumo: O artigo traz um estudo do enquadramento noticioso dado pelo Jornal Nacional (JN) às votações que ocorreram na Câmara dos Deputados a respeito das duas denúncias encaminhadas pela Procuradoria Geral da República (PGR) contra o presidente Michel Temer (MDB). Ele foi acusado de corrupção passiva, organização criminosa e obstrução da Justiça. As votações ocorreram nos dias 02 de agosto e 24 de outubro de 2017. Em ambas, Temer obteve maioria para vetar investigações enquanto estivesse na presidência da República. A base teórica tem dois eixos temáticos: a centralidade da mídia (Rodrigues, 1990; Gomes, 2004; Miguel, 2003), a posição hegemônica da TV (Willians, 2017; Britos, 1999); o debate sobre enquadramento noticioso (Porto, 2001; Goffman, 1986; Motta, 2003). Como metodologia, recorreu-se à Análise de Conteúdo de Bardin (2011). O *corpus* de análise compreende 4 edições do JN, num total de 13 reportagens.

160

Palavras-chave: Comunicação Política. Governo Temer. Enquadramento. Jornal Nacional.

¹ Doutoranda em Comunicação Social pela Universidade Paulista (UNIP) e mestra em Comunicação Social do PPGCOM/UFJF. E-mail: marianemottadecampos@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4976-0065>

² Doutorando em Comunicação Social pela Universidade Paulista (UNIP) e mestre em Comunicação pelo PPGCOM/UFJF. E-mail: vini-bg@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9693-0517>

Abstract: The article brings a study of the news framework given by the *Jornal Nacional* (JN) to the votes that took place in the Chamber of Deputies regarding the two complaints filed by the Attorney General's Office (PGR) against President Michel Temer (MDB), accused of passive corruption, criminal organization and obstruction of justice. The votes took place on August 2 and October 24, 2017. In both Temer obtained a majority to veto investigations while he was in the Presidency. The theoretical basis has two thematic axes: the centrality of the media (Rodrigues, 1990; Gomes, 2004; Miguel, 2003), the hegemonic position of TV (Willians, 2017; Britos, 1999) and the debate on news framing (Porto, 2001; Goffman, 1986; Motta, 2003). As a methodology, Bardin's Content Analysis (2011) was used. The analysis corpus comprises 4 editions of the JN, for a total of 13 reports.

161

Keywords: Political Communication. Temer Government. Framework. *Jornal Nacional*.

Considerações Iniciais

O artigo tem como proposta analisar a cobertura do Jornal Nacional sobre as duas votações que ocorreram na Câmara dos Deputados, decidindo pelo arquivamento de processos contra o então presidente Michel Temer (MDB). Pretende-se analisar o enquadramento midiático realizado pelo Jornal Nacional, da Rede Globo, como representação da cobertura midiática, tendo em vista a centralidade da mídia (Miguel, 2002; Lima, 2006) que interfere nos diferentes processos e esferas da atividade humana, incluindo a esfera política.

Quanto ao contexto político, o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (PT) trouxe instabilidade, intensificando a crise política e institucional que estamos vivenciando, a qual foi influenciada pelos escândalos de corrupção e a Operação Lava Jato, em que dezenas de políticos e empresários foram investigados e condenados. Santos (1993) analisa a fragilidade da democracia brasileira, apontando o baixo grau de institucionalização, tendo em vista que, no país, as instituições têm suas regras alteradas à mercê do jogo de interesses entre as elites empresariais e políticas, e os grupos de interesse que se articulam em favor de suas demandas específicas.

Constata-se que o processo democrático brasileiro passou por vários momentos de ruptura, como os golpes militares em 1937 e 1964. Em 1985, iniciou-se, finalmente, o processo de consolidação democrática. O fato de termos chegado à sétima eleição presidencial (1989, 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014) parecia indicar o fortalecimento da democracia, mas a política brasileira ainda sofre interferências de grupos dominantes e de interesses. Santos (2017) aponta o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) como mais uma ruptura da ordem democrática e institucional, tratando o processo como um golpe jurídico, político e midiático.

Segundo Santos, o *impeachment* teve motivações frágeis. Vinha sendo orquestrado desde as eleições de 2014, quando o PSDB, não aceitando o resultado das eleições, passou a tentar desestabilizar o governo petista, com o apoio das elites, da mídia e até mesmo do MDB, partido que até então era aliado ao PT. O antigo parceiro se apropriou das manifestações contrárias à Dilma Rousseff e colaborou para aprovar as chamadas “pautas bombas” no Congresso, aumentando a dívida do governo que enfrentava crise econômica. Diante disso, sem o apoio do

MDB, um dos principais aliados, com enquadramento negativo da mídia, crise econômica e crescimento das manifestações, pedindo o afastamento de Rousseff (PT), propiciou-se terreno favorável ao *impeachment*, e Michel Temer (MDB) assumiu o poder em 2016, como presidente.

Foi nesse contexto de crise institucional e política que Temer assumiu. Mesmo com apoio de boa parte do Congresso, ele teve que lidar com o baixo índice de popularidade³ e com enquadramento negativo, em alguns episódios, do grande conglomerado de mídia que é a Rede Globo. Isso ficou bastante evidente quando a Globo, no Jornal Nacional, divulgou durante semanas o escândalo que envolvia Temer e a JBS. O presidente foi acusado, a partir da gravação de áudios feito por um dos proprietários da JBS, Joesley Batista, de ter recebido propinas e de ter articulado com o empresário uma “mesada” para o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (MDB), a fim de mantê-lo em silêncio (Cunha, atualmente, está preso).

A mediação ampliada do escândalo envolvendo Temer foi analisada por Fernandes *et al* (2018), revelando postura da Globo que destoou dos demais conglomerados de mídia, com linha editorial e cobertura contrárias a Temer, num momento bastante importante para o governo, prestes a votar a Reforma da Previdência.

Em função da centralidade da mídia, da importância da TV como meio hegemônico, do papel histórico que o Jornal Nacional tem como influenciador da opinião pública e da postura ambígua da Globo em relação ao governo Temer, o artigo parte das seguintes questões: Como o Jornal Nacional enquadrava as duas votações que decidiram pelo arquivamento dos processos contra Temer? Houve uma pluralidade de vozes no telejornal? Deve-se levar em conta a audiência do JN, que se mantém como o telejornal de maior influência desde os anos 1970, tendo alavancado o seu público com as denúncias da JBS.⁴

³ Segundo pesquisa do Ibope, realizada em abril de 2017, 79% da população desaprovava o governo Temer. De acordo com Pesquisa Ipsos, também realizada em abril, 87% dos brasileiros rejeitavam o governo Temer. Dados retirados da matéria publicada pelo site BBC Brasil, intitulada: Aprovação de Temer cai a 10%; 92% veem país no rumo errado, <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-39713534> (acesso: junho de 2017); e da matéria publicada pelo Portal Uol, intitulada: Reprovação ao governo Temer chega a pior índice, aponta pesquisa, <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/03/1871512-reprovacao-a-governo-temer-chega-a-pior-indice-aponta-pesquisa.shtml>. Acesso em: jun. 2017.

⁴ <https://www.otvfoco.com.br/jornal-nacional-igual-a-recorde-de-audiencia-em-2017-com-reviravolta-no-caso-jbs/>. Acesso em: 05 jul. 2018.

Constata-se que, no Brasil, há concentração oligopolizada de poder da mídia em poucos conglomerados, a chamada propriedade cruzada em que um grupo detém mídias nos diferentes suportes (TV, rádio, impresso, portal etc.) (Lima, 2006). Dados da Pesquisa Brasileira de Mídia (PBM), da SECOM (BRASIL, 2016), revelam que a televisão permanece como o meio hegemônico. A PBM aponta que 63% dos entrevistados afirmam que o meio de comunicação que mais utilizam para se informar sobre o que acontece no Brasil é a TV, enquanto 26% utilizam a internet e apenas 7% o rádio.

O artigo traz como objeto de análise as 4 edições do Jornal Nacional em 13 reportagens: (I) Um dia antes da primeira votação, 1º de agosto de 2017; (II) No dia seguinte à primeira votação, 03 de agosto de 2017; (III) Um dia antes da segunda votação, 24 de outubro de 2017; (IV) No dia seguinte à segunda votação, 26 de outubro de 2017. Será adotada como metodologia a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011), tomando como categorias de análise o enquadramento negativo, a pluralidade de vozes e a imprensa como ator político.

A centralidade da mídia para a política e o enquadramento noticioso

Ao tratar da interface mídia e política, é imprescindível citar a centralidade da mídia para a política. Segundo Lima (2006), a política nos regimes democráticos é uma atividade eminente pública e visível, mas a mídia passa a alterar o regime de funcionamento dos campos sociais. Bourdieu (1986) analisa a relação entre os campos simbólicos, que define como espaços de disputas entre dominantes e dominados. O autor destaca que, cada vez mais, a geração de capital político depende da visibilidade na mídia, significando uma perda de autonomia para o campo político.

Rodrigues (1990), por sua vez, afirma que o campo midiático é espaço de mediação social, em função de sua centralidade na era contemporânea. A instância midiática aciona as modalidades de acesso, presença, circulação e permanência das diversas entidades na dimensão pública, colaborando para que a realidade, hoje, seja confundida, cada vez mais, com aquilo que é midiaticizado. Lima (2006) afirma que sete teses explicam a centralidade da mídia para a política: (1) A mídia ocupa um espaço de centralidade; (2) Não há política sem mídia; (3) A mídia está substituindo os partidos políticos; (4) A mídia alterou as campanhas eleitorais;

(5) A mídia se posiciona como ator político; (6) As características históricas específicas do sistema de mídia, no Brasil, potencializam o poder da mídia no processo político; e (7) As características históricas específicas da população brasileira potencializam o poder da mídia no processo político.

Segundo Miguel (2003), a visibilidade nos meios de comunicação é importante para o reconhecimento público, ou seja, para o crescimento na carreira política. O autor afirma que a mídia interfere na estruturação da carreira política, pois influencia na produção de capital político. Miguel nomeia essa relação complexa entre mídia e política como “simbiose tensionada”.

É importante trazer a discussão para a especificidade brasileira, que tem a TV como hegemônica. A televisão, no Brasil, a partir de investimentos dos governos militares no setor de telecomunicações, nos anos 1960, tornou-se rapidamente uma mídia massiva de grande influência sobre o imaginário popular (BRITTOS, 1999). Mesmo com a grande inserção hoje da internet, a TV, como citado anteriormente, tem a preferência de 63% dos entrevistados.

Segundo Willians (2016), não há dúvida de que a radiodifusão, a televisão em especial, ampliou as formas de discussão e de debate públicos. Antes, todas as formas eram limitadas em caráter e dimensão. O alcance da televisão é imenso. Portanto, como lembra Willians, devemos ter uma visão crítica em relação a esse meio. Segundo o autor, a radiodifusão comercial não chama a si mesma desse modo, e, muito menos, de capitalista: “Ela usa descrições de relações públicas como ‘livre’ e ‘independente’ e muitas vezes afirma se contrapor a ‘monopólio’ e ‘controle do Estado’” (WILLIANS, 2016, p. 48). Ao analisar os grandes conglomerados, como a Rede Globo, percebe-se a falácia desse argumento. Por isso, enxergar de forma crítica os meios de comunicação, e entender que os diferentes enquadramentos oferecidos por eles podem influenciar a opinião pública, é fundamental.

Quanto à imprensa como ator político, destaca-se o conceito de enquadramento noticioso. Motta (2007) argumenta que o enquadramento predominante no jornalismo político é o *frame* dramático (ou narrativo). Segundo ele, esses enquadramentos são inventados pelos jornalistas para organizar a “complexa realidade política”. O autor afirma que o jornalismo político tende a utilizar os enquadramentos lúdicos, tipo jogos (guerra, batalha, duelo, luta de boxe, ciclo de herói, entre outros), porque esses *frames* culturais enquadram de maneira acessível os enfrentamentos políticos e facilitam a compreensão dos complexos conflitos da política.

O termo “*frame*” foi desenvolvido por Goffman (1986) a fim de buscar argumentos que definam os modos como os indivíduos organizam o conhecimento no seu cotidiano. O autor queria demonstrar que a vida cotidiana é uma sondagem, movimento recíproco, contínuo, de construção e reconstrução de sentidos negociados. Segundo Porto (2001), o conceito de enquadramento é utilizado para definir os “princípios de seleção, ênfase e apresentação” usados por jornalistas para organizar a realidade e o noticiário. Na cobertura política, os enquadramentos permitem aos jornalistas conquistar audiências, organizar e interpretar temas e eventos políticos de forma específica.

Análise da Cobertura do Jornal Nacional sobre as denúncias contra Michel Temer (MDB)

Ao chegar à Presidência, em meio à crise econômica e política, Temer propôs uma série de reformas para recuperar a economia. Aprovou, ainda em dezembro de 2016, a PEC dos Tetos, que limita os gastos públicos até mesmo em áreas como Saúde e Educação. Em 2017, aprovou a Reforma Trabalhista, que corta direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e na Constituição de 1988. A Reforma foi questionada por movimentos sociais e sindicais. Essa, no entanto, não era a prioridade do presidente, mas sim aquela referente à Previdência. Ele a defendia a partir da necessidade de frear o “rombo” nos cofres públicos, mas foi contestado por diversos segmentos e até por parlamentares no Congresso. As reformas, bem como o envolvimento da do presidente e da cúpula do seu governo em esquemas de corrupção, contribuíram para a queda de popularidade do chefe do Executivo.

A crise do governo Temer se agravou após a divulgação, na mídia, no dia 17 de maio de 2017, de áudios dos donos da Empresa JBS, Joesley Batista e Wesley Batista, que gravaram conversa com o presidente Temer dando aval para comprar o silêncio do ex-deputado, preso, Eduardo Cunha. Os fatos levaram o Supremo Tribunal Federal (STF) a autorizar abertura de inquérito contra o Presidente Michel Temer (MDB). A base aliada ficou menor, e a crise revelou a fragilidade do governo e das instituições políticas, que passam por instabilidade e incertezas que vivenciamos até mesmo após as eleições de 2018.

Jornal Nacional e Grupo Globo

Antes de partirmos à análise é importante ponderar sobre o papel do grupo Globo e do Jornal Nacional na cultura brasileira, tendo em vista o poder midiático, de ambos, no país. O Grupo Globo é hoje o maior conglomerado de mídia e comunicação do Brasil e da América Latina, composto pelo(a) Rede Globo, Sistema Globo de Rádio, Globosat, Infoglobo, Editora Globo, Globo.com, Som Livre e Zap Imóveis, além de ser mantenedor da Fundação Roberto Marinho.

Em 2016, o Grupo Globo foi citado entre os maiores proprietários de mídia do mundo, de acordo com *ranking* produzido pela consultoria Zenith Optimedia. Era a única empresa brasileira da lista. Parte do conglomerado, a Rede Globo é a maior emissora de televisão do país e, em 2012, era a segunda maior mundo. Dentro desta, há o telejornal de maior audiência brasileira, que, mesmo com advento da internet, ainda bate a grade de outras emissoras.

O telejornal, que é exibido desde 1º de setembro de 1969, sempre ocupando o horário nobre, de segunda-feira a sábado, já recebeu diversos prêmios ao longo de sua existência. Entre eles, o Prêmio Emmy Internacional, na categoria Notícia, pela cobertura das operações policiais ocorridas na Vila Cruzeiro e no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, em novembro de 2010.

Apesar de receber críticas por ser politicamente tendencioso, o Grupo Globo se apresenta como imparcial e comprometido com a informação no que diz respeito ao jornalismo. Diante disso, torna-se importante compreender os diferentes enquadramentos dado pelo jornal em diferentes momentos da política, como a crise em torno do governo de Michel Temer. Assumindo o cargo com enquadramento favorável da mídia, teve de lidar com enquadramento já menos favorável quando esteve envolvido em denúncias de corrupção.

Análise de Conteúdo do Jornal Nacional: enquadramento negativo, pluralidade de vozes e a imprensa como ator político

Para investigar os enquadramentos, recorreu-se à Análise de Conteúdo, a partir de Bardin (2011), que compreende a técnica como método que aplica técnicas tanto quantitativas como qualitativas, a partir de três fases: (a) pré-análise; (b) categorização; (c) fase de inferências. Como *corpus* de análise, foram

escolhidas 04 edições do Jornal Nacional e 13 reportagens. Foi feito o seguinte recorte temporal: 1) Um dia antes da primeira votação, 1º de agosto de 2017 (02 reportagens); (2) No dia seguinte à primeira votação, em 03 de agosto de 2017 (05 reportagens); (3) Um dia antes da segunda votação, 24 de outubro de 2017 (02 reportagens); (4) No dia seguinte à segunda votação, 26 de outubro de 2017 (04 reportagens), conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Reportagens do JN do dia 01 de agosto de 2017

| Data | Reportagem | Duração | Enquadramento |
|-------------------|----------------------------------------------------------------------------|-----------------|---------------|
| 01/08/2017 | Governistas querem votação da denúncia concluída nesta quinta | 6min50s | Negativo |
| 01/08/2017 | No Planalto, Temer emenda reunião atrás de outra para conquistar voto | 3min38s | Negativo |
| 01/08/2017 | | 10min28s | |
| 03/08/2017 | Governo e oposição analisam impacto da decisão que livrou Temer | 05min41s | Negativo |
| 03/08/2017 | Governistas articularam para obter apoio a Temer até a última hora | 04min36s | Negativo |
| 03/08/2017 | Planalto trabalha para reorganizar a base aliada | 05min15s | Negativo |
| 03/08/2017 | Após votação, denúncia contra Temer fica arquivada temporariamente | 02min34s | Negativo |
| 03/08/2017 | Vitória de Temer pode favorecer reforma, avalia mercado | 02min28s | Equilibrado |
| 03/08/2017 | | 20min34s | |
| 24/10/2017 | Marco Aurélio rejeita pedido da oposição para suspender votação única | 2min27s | Negativo |
| 24/10/2017 | Na véspera da votação, Temer tenta conquistar últimos votos | 2min50s | Negativo |
| 24/10/2017 | | 05min21s | |
| 26/10/2017 | Votação garante vitória a Temer, mas revela enfraquecimento da base aliada | 03min52s | Negativo |
| 26/10/2017 | Governo fala em aprovar reforma da Previdência ainda este ano | 04min9s | Negativo |
| 26/10/2017 | Temer agradece a deputados que votaram pela suspensão da denúncia | 04min38s | Negativo |
| 26/10/2017 | Apesar de denúncia ter sido suspensa, Temer ainda é investigado | 02min16s | Negativo |
| 26/10/2017 | | 14min55s | |
| | Total | 51min27s | |

Fonte: Elaboração dos Pesquisadores

Cobertura de 1º de agosto de 2017, um dia antes da votação, 1ª denúncia

No dia 1º de agosto de 2017, um dia antes da votação na Câmara dos Deputados da denúncia que pedia a investigação contra Temer, por corrupção passiva, o Jornal Nacional traz duas reportagens. As duas totalizam 10 minutos e 38 segundos, o que significou uma cobertura significativa, já que o jornal teve uma duração de 48 minutos e 12 segundos (22% do total). Se, em boa parte do noticiário, o telejornal da Globo abre pouco espaço para a oposição, nessas reportagens ficou evidente que a pluralidade de vozes foi uma estratégia da emissora para fazer cobertura crítica ao governo. Deve-se lembrar que o escândalo dos áudios envolvendo Temer e um dos donos da JBS, Joesley Batista, foi veiculado como furo de reportagem da Globo, no dia 17 de maio de 2017.

Na reportagem *Governistas querem votação da denúncia concluída nesta quarta*, o telejornal abre afirmando que a base de Temer queria acelerar a votação para impedir que a oposição conseguisse votos para a denúncia ser acatada pela Câmara dos Deputados. Dois parlamentares da oposição foram entrevistados: Carlos Zaratini (PT), líder do partido, e José Guimarães (PT), líder das minoria, que afirmou não se justificar a pressa do governo em impedir discussão mais ampla e demorada no Congresso sobre a denúncia. Os governistas afirmavam que o regimento da Casa previa direito à fala somente ao advogado de defesa do presidente, Antônio Claudio Mariz, e ao relator do processo, deputado Paulo Abi Ackel (PSDB), que deu parecer contrário à denúncia, favorecendo Temer. O presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM), declarou que cumpriria o regimento.

Para mostrar a fragilidade do governo, o JN informou ainda que havia divisões dentro do próprio MDB, partido do presidente. O telejornal trouxe entrevista com Romero Jucá, líder do governo no Senado, ameaçando punir quem votasse contra o presidente. Mas também deu voz ao deputado Rodrigo Pacheco, outro emedebista, então presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que criticava o fato de o partido ter fechado questão numa matéria tão polêmica.

A segunda reportagem, *No Planalto, Temer emenda reunião atrás de outra para conquistar voto*, é bem crítica ao governo Temer, ao noticiar que ele fez reuniões com vários parlamentares (audiência com 18 deputados, depois mais

13 deputados, a bancada feminina e a bancada mineira) no intuito de garantir votos. Sem citar negociações, o jornal deixa implícito que tais encontros com os deputados eram para atender demandas a fim de obter o apoio, evidenciando as práticas de fisiologismo do governo. O telejornal informa que Temer almoçou com parte da bancada ruralista (dos 212 deputados da bancada, ao menos 100 garantiam apoiar Temer na votação) e atendeu à demanda de emitir Medida Provisória que permitia a produtores e a empresários de agronegócios pagar, com descontos e parcelas, suas dívidas com a Previdência. Por fim, o *Jornal Nacional* traz depoimentos dos ministros Eliseu Padilha e Moreira Franco. Otimistas, eles argumentavam que cabia à oposição garantir quórum para derrubar o parecer a favor de Temer. O apresentador William Bonner fechou o telejornal informando que a Procuradoria da República negou aos advogados de defesa do presidente acesso às gravações de Joesley Batista que deram início ao escândalo de corrupção.

Cobertura de 03 de agosto de 2017, um dia após a votação da 1ª denúncia

Ao analisar as 5 reportagens veiculadas pelo Jornal Nacional, no dia 03 de agosto, um dia após a votação da denúncia contra Temer, que foi arquivada, constata-se claramente o enquadramento negativo contra o governo. Foram 20 minutos e 34 segundos do telejornal dedicado ao tema, num total de 48 minutos e 10 segundos, ou seja, 42% do tempo do noticiário. A primeira reportagem, *Governo e oposição analisam impacto da decisão que livrou Temer*, traz panorama da votação, afirmando que foram duas sessões e mais de 13 horas para a decisão do arquivamento. Mostra imagens de brigas e ofensas entre governistas e opositoristas no Plenário. Depois de exibir o placar, de 263 a 227 a favor de Temer, o JN divulgou alguns fatos que revelam enquadramento negativo: a ausência do deputado Osmar Serraglio (MDB), que foi ministro da Justiça de Temer; a pressão que parlamentares sofreram, de seus partidos, para votar a favor do presidente; a divisão do PSDB em relação à votação.

O noticiário informou ainda que alguns partidos ficaram rachados na votação, como PSDB, PSB; outros tiveram dissidentes (DEM, PSD, PR); quatro legendas foram contrárias (PT, PSOL, REDE e PC do B). Ao final do telejornal, foi citado o apoio da bancada ruralista, que garantiu 144 votos a favor de Temer,

após ser beneficiada com Medida Provisória de renegociação de dívidas; além do fato de que a maioria entre os investigados da Lava Jato (36 dos 61 votaram) estiveram ao lado do governo.

A segunda reportagem, *Governistas articularam para obter apoio a Temer até a última hora*, reforçou tom crítico a Temer e aliados nas negociações antes da votação para garantir que o pedido de investigação fosse rejeitado. O telejornal deu voz a vários parlamentares da oposição. O deputado Sílvio Costa (PT do B) afirmou que a vitória foi matemática, mas não política, porque nova denúncia seria enviada pela Procuradoria contra o presidente. O parlamentar afirmou ter sido praticada a “política franciscana do é dando que se recebe”. O JN também informou que foram liberados, de 1º a 28 de julho, 2,14 bilhões em emendas para beneficiar parlamentares. O líder da minoria, deputado José Guimarães (PT), acusou o governo de negociar até durante a votação em Plenário. Por fim, novamente, o JN citou a Medida Provisória que beneficiou a bancada ruralista.

Na terceira reportagem, intitulada *Planalto trabalha para reorganizar a base aliada*, o telejornal revelou o abandono, pelo governo, do discurso de punição aos deputados infiéis, que votaram contra Temer. Era hora de rearticular apoios, tendo em vista as reformas que seriam votadas no Congresso. Partidos como o PSDB estavam divididos na decisão de manter o apoio a Temer. O JN mostrou pronunciamento de Temer, avaliando que o país saíra ganhado após a votação. A reportagem foi fechada com crítica: o governo teria dificuldades de “frear o apetite” do Centrão (partidos de centro-direita) que garantiram amplo apoio a Temer, ganhando verbas e promessas de cargo. O ministro da Secretaria da Presidência, Moreira Franco, afirmou ser possível acomodar os aliados nos cargos prometidos, evidenciando a política de fisiologismo.

A quarta reportagem *Após votação, denúncia contra Temer fica arquivada temporariamente* tem enquadramento bastante negativo. Em vez de mostrar o presidente aliviado por se livrar da denúncia, o Jornal Nacional falou sobre a possibilidade de novas acusações contra o emedebista. O telejornal informou que, em 15 dias, Rodrigo Janot deveria encaminhar a denúncia de obstrução de Justiça, para ser apreciada e votada na Câmara. Outras duas denúncias, segundo o JN, poderiam envolver o presidente (a de formação de quadrilha por envolvimento de Temer e outros integrantes do PMDB, em corrupção da Petrobrás, e uma última sobre Medida Provisória que teria beneficiado a empresa Rodrimar do setor de Portos).

A quinta reportagem *Vitória de Temer pode favorecer reformas, avalia mercado* é mais equilibrada em relação à valência. Traz opinião de economistas, afirmando que a não aceitação da denúncia favorecia Temer, politicamente, e poderia facilitar a aprovação da Reforma da Previdência, apesar de ser institucionalmente ruim para o país. Mas não deixou de apontar os muitos obstáculos, como o encaminhamento de novas denúncias contra o presidente e a perda de apoios da base aliada.

Cobertura de 24 de outubro de 2017, dia anterior à votação da 2ª Denúncia

Em 24 de outubro de 2017, um dia antes da Câmara votar a segunda denúncia contra o presidente Temer, além de votar denúncias também contra os ministros Eliseu Padilha, da Casa Civil, e Moreira Franco, da Secretaria Geral da Presidência, foram exibidas no *Jornal Nacional* duas reportagens relacionadas ao assunto. Elas totalizam 5 minutos e 21 segundos, indicando cobertura não muito significativa, se comparada com a da primeira votação. Representou apenas 10% do tempo do jornal, que teve duração de 47 minutos. Fica evidente, nas reportagens, que o jornal buscou escutar tanto a base aliada quanto a oposição.

Na reportagem *Marco Aurélio rejeita pedido da oposição para suspender votação única*, o telejornal abre dizendo que governistas e oposição fazem os acertos finais nas estratégias para a votação que ocorreria no dia seguinte. Em seguida, o jornal destaca que o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio de Mello, rejeitou o pedido da oposição de suspender a votação única e afirmou que essa decisão caberia ao presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM), o qual decidiu que seria apenas uma única votação. O noticiário explicou como aquela iria ocorrer e falou o número mínimo de deputados para que a votação se iniciasse, dando destaque ao relator da denúncia, deputado Bonifácio de Andrada (PSDB). Este seria o primeiro a falar, direcionando os votos a favor ou contra a relatoria. O JN informou que os deputados de oposição iriam adotar a estratégia de não ir à votação. Caso o quórum fosse atingido, os opositores queriam que a votação ocorresse em horário no qual a maior parte das pessoas pudessem acompanhar. A reportagem também informou que a estratégia dos governistas era garantir o quórum o mais breve possível, para que a votação ocorresse rápido.

A segunda reportagem *Na véspera da votação, Temer tenta conquistar últimos votos* foi bem crítica ao governo, ao noticiar que o então presidente passou o dia em reuniões para tentar conquistar os últimos votos a seu favor. A matéria ainda

informou que, no meio da tarde, chegaram as notificações do processo para Temer e seus ministros, Moreira Franco e Eliseu Padilha. O jornal destacou ainda que Rodrigo Maia foi um dos aliados a se encontrar com Temer, buscando negociar apoio para a votação. Segundo a reportagem, a liberação de verbas está entre os “agrados” do presidente para os aliados, reforçando o enquadramento crítico ao governo. Outro “agrado” foi o recuo na privatização do Aeroporto de Congonhas, exigência do PR, bem como o decreto assinado por Temer, permitindo descontos de 60% em multas ambientais, beneficiando a bancada ruralista. A reportagem destacou o prejuízo na arrecadação com os acordos, bem como os riscos para o ajuste fiscal.

Cobertura de 26 de outubro de 2017, dia após a votação da 2ª Denúncia

Um dia após a votação, na Câmara dos Deputados, da segunda denúncia de corrupção contra Temer e os ministros Eliseu Padilha e Moreira Franco, o Jornal Nacional exibiu 4 reportagens, totalizando 14 minutos e 55 segundos, uma cobertura significativa, já que o jornal durou 41 minutos e 9 segundos. 36% do tempo do telejornal foi dedicado à votação, com enquadramento negativo governo, em alguns momentos. Ao tratar das reformas, o programa destacou a importância das medidas, em consonância com o governo.

A primeira reportagem, *Votação garante vitória a Temer, mas revela enfraquecimento da base aliada*, traz panorama da votação, afirmando que foram 12 horas de sessão, a qual começou com a oposição do lado de fora, a fim de adiar a votação, e com aliados ao telefone, convocando deputados a votar. A matéria destaca ainda o papel do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM), que conseguiu conduzir e emplacar a votação, mesmo sob protestos da oposição. A reportagem trouxe também comparação da primeira com a segunda votação, demonstrando perda de apoio do governo. Informou que Temer conseguiu manter o apoio de investigados na Lava Jato. A segunda reportagem *Governo fala em aprovar reforma da Previdência ainda este ano* reforça a perda de apoio. A reportagem lembrou que, com apenas 251 votos a favor, o governo não conseguiria aprovar mudanças na Constituição.

O JN ouviu ainda a oposição, representada pelo deputado Júlio Delgado (PSB), que criticou as negociações de verbas e promessas de Temer para conseguir voto. O jornal revelou que após a votação o governo priorizaria o ajuste fiscal e

as votações das reformas. Deu destaque ao presidente da câmara, Rodrigo Maia, que seria o mais interessado em dar prosseguimento às votações das reformas e poderia ser a pessoa a dar o ritmo da votação. É possível perceber que o JN muda o tom de crítica ao governo quando se trata das reformas. A matéria destacou que a situação fiscal estava se agravando e mostrou, por meio de gráficos, o rombo da previdência.

Na terceira reportagem, intitulada *Temer agradece a deputados que votaram pela suspensão da denúncia*, o telejornal destacou o dia vantajoso para o governo: vitória na Câmara e alta de Michel Temer, após ficar internado por problemas no sistema urinário. O jornal revelou que, contrariando as recomendações médicas, Temer não ficou de repouso e ainda gravou vídeo em que comemorou o fim do processo contra ele, agradecendo o apoio no Congresso. A reportagem destacou, porém, que o governo precisaria articular a base aliada para conseguir votos e, assim, aprovar as reformas.

A quarta reportagem, *Apesar de denúncia ter sido suspensa, Temer ainda é investigado*, tem enquadramento bastante negativo. O JN destacou que, apesar da segunda denúncia contra Temer ter sido suspensa, o presidente ainda estava sendo investigado, suspeito de ter favorecido empresa do setor de Portos. A reportagem lembrou ainda que Temer e os ministros Eliseu Padilha e Moreira Franco poderiam ser investigados após perder o cargo, já que os processos foram suspensos temporariamente. O jornal reforçou tratar-se de cenário jurídico inédito: presidente e ministros denunciados no Supremo Tribunal Federal. Mesmo com abordagem positiva das reformas, constata-se que o JN deu enquadramento negativo dos processos envolvendo o presidente Michel Temer.

Considerações finais

Articulando as evidências empíricas extraídas das 13 reportagens veiculadas nas 4 edições do Jornal Nacional, nos dias que antecederam e nos dias posteriores às votações das duas denúncias contra Michel Temer, no escândalo da JBS, constata-se que o telejornal se posicionou como importante ator político ao construir uma versão do real a partir de um enquadramento bastante crítico em relação ao governo.

Conforme afirma Motta (2007) e Gomes (2004), o enquadramento político tem natureza dramática. Nesse sentido, o JN construiu narrativa espetacular, apontando, nos dias anteriores, à forte movimentação política, tanto do governo

quanto da oposição, na busca de votos para barrar ou dar continuidade à denúncia do Ministério Público. Revelou os bastidores, as expectativas e, numa perspectiva crítica, informou as negociatas do presidente com a bancada ruralista, evidenciando práticas de fisiologismo. O Jornal Nacional mostrou que o governo, apesar de defender o ajuste fiscal, gastou mais de 2 bilhões com emendas parlamentares para garantir apoios.

O enquadramento negativo nas reportagens, em horário nobre, mostrou um presidente fragilizado, envolvido em série de denúncias de corrupção e formação de quadrilha. O telejornal foi o primeiro a noticiar o escândalo de Temer nos áudios da JBS. A postura da Globo foi a de dar continuidade ao processo, a partir das denúncias encaminhadas pela Procuradoria Geral da República. Percebe-se que a emissora criou um clima favorável aos críticos do governo.

Tal enquadramento negativo pode ser percebido na pluralidade de vozes presente no telejornal. Em boa parte de seu noticiário desde 2014, a Globo tem aberto pouco espaço para a oposição. Foi um ator importante na queda de Dilma e nos processos que levaram à prisão de Lula. No entanto, quando o assunto eram as denúncias contra Temer, as lideranças, tanto do PT como das minorias no Congresso, foram ouvidas e denunciaram as manobras e negociatas do governo. O próprio JN se posicionou como ator político ao mostrar como o presidente Temer e seus aliados garantiram votos junto à bancada ruralista e fizeram negociatas com dezenas de parlamentares. Os governistas ganhavam voz no telejornal, muitas vezes, para reforçar como as práticas de fisiologismo eram rotineiras para manter o mandato do emedebista.

Apesar de ter saído vitorioso no Congresso, nas duas votações, o telejornal de maior audiência do país não poupou a imagem do presidente. Nas reportagens após as duas votações, o JN informou que, mesmo não tendo sido acatadas as denúncias, Temer continuaria sendo investigado por estar envolvido em vários casos de corrupção. Dessa forma, como ator político, no caso específico, o JN não escondeu a sua preocupação com as reformas do ajuste fiscal, mas evidenciou que o governo estava sob risco.

Referências

- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1986.
- BRASIL. Brasil. Presidência da República. Pesquisa brasileira de mídia 2016: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. – Brasília: Secom, 2016. 120 p.
- BRITTOS, Valério. A televisão no Brasil, hoje: a multiplicidade da oferta. In: **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, n.31, p. 9-34, 1999.
- GOFFMAN, Erving. **Frame Analysis**. Boston: Northeastern University Press, 1986.
- GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação**. São Paulo: Paulus, 2004.
- LIMA, Venício A. **Mídia**. Crise política e poder no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.
- MIGUEL, Luís Felipe. “Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro”. In: *Rev. Sociologia Política*. Curitiba, 20, p. 115-134, jun. 2003.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. Enquadramentos lúdico-dramáticos no jornalismo: mapas culturais para organizar conflitos políticos. *Intexto*, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 17, p. 1-25, julho/dezembro 2007.
- PORTO, M. P. A Mídia brasileira e a eleição presidencial de 2000 nos EUA: a cobertura do jornal Folha de S. Paulo. *Cadernos do CEAM*, Ano II, n. 6, 2001, p. 11-32.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. **Estratégias da Comunicação**. Lisboa: Presença Editorial, 1990.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Razões da Desordem**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1993.
- _____. **Democracia Impedida**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2017.
- WILLIAMS, Raymond. **Televisão: tecnologia e forma cultural**. Belo Horizonte: PUCMinas, 2016.